

3ª edição

ROTEIRO - DE - CONHECIMENTO

CUMPRINDO DIREITO
O DEVER DE CUIDAR
E TRANSFORMAR



EASJUR

DEFENSORIA PÚBLICA
DISTRITO FEDERAL




EASJUR

DEFENSORIA PÚBLICA
DISTRITO FEDERAL

ROTEIROS -DE- CONHECIMENTO

A educação em direitos alimenta a cidadania, constrói a liberdade e fundamenta o acesso primário à ordem jurídica justa.

A 3ª edição do Roteiros de Conhecimento da DPDF tem como conceito o acesso à instituição; a busca ativa e a mobilidade; a prevenção; a educação; e a sustentabilidade.

Brasília
2024

EXPEDIENTE.

Defensor Público-Geral
Celestino Chupel

Subdefensores Públicos-Gerais
Emmanuela Maria Campos de Saboya
Fabrício Rodrigues de Sousa

Diretor da Escola de Assistência Jurídica
Evenin Eustáquio de Ávila

Diagramação e Design
Lucas dos Santos Mendes
Assessor Técnico de Design Gráfico

Revisão de texto
Caroline Bchara Nogueira
*Analista de Apoio à Assistência Judiciária – Especialidade:
Comunicação Social – Jornalismo*

Publicação
Maio de 2024

APRESENTAÇÃO.

Os conteúdos produzidos pela Escola de Assistência Jurídica da Defensoria Pública do Distrito Federal (Easjur/DPDF) podem ser acessados pelo público de forma gratuita. São dezenas de cartilhas, elaboradas em colaboração com Defensores Públicos, servidores e instituições parceiras da DPDF, que abordam diversos temas, como: formas de acesso à Defensoria Pública, educação para a vida adulta, mediação e cultura de paz, Direito de Família, mulher, pessoa com deficiência, pessoa idosa, relações de consumo, Direito Penal, entre outros.

Promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico está entre as funções institucionais da Defensoria Pública. A Easjur/DPDF executa esse papel ao oferecer atividades que desenvolvem pessoas, conectam afinidades interinstitucionais e fomentam a transformação social.

Para ter acesso aos materiais, basta acessar o site: escola.defensoria.df.gov.br. E não deixe de compartilhar os conteúdos com seus amigos e familiares. Assim, cada vez mais pessoas poderão aprender sobre seus direitos e deveres, além de buscar a sustentabilidade das relações humanas.

ÍNDICE.

1.	Carta de Serviços.....	08
2.	Central de Relacionamento com os Cidadãos.....	10
3.	Núcleo do Plantão.....	12
4.	Cartilha da Saúde.....	14
5.	Unidades Móveis de Atendimento Itinerante.....	16
6.	Educação para a vida e acesso à cidadania: Os direitos e deveres da vida humana em sete tempos.....	18
7.	Subsecretaria de Mediação e Cultura de Paz da Defensoria Pública do DF.....	20
8.	Manual prático da Subsecretaria de Mediação e Cultura de Paz.....	22
9.	Dez coisas que você precisa saber antes de participar de uma sessão de conciliação e mediação.....	24
10.	Vamos falar de Família? Curiosidades do Direito de Família na visão da Defensoria Pública.....	26
11.	Casos de Família.....	28
12.	Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres.....	30
13.	Será que estou grávida? E agora?.....	32
14.	Entrega voluntária para adoção – Orientações para gestantes.....	34
15.	Entrega voluntária para adoção – Orientações para profissionais.....	36

16.	Paternidade Responsável.....	38
17.	Os Direitos da Criança e do Adolescente.....	40
18.	Apoio à Defesa da Mulher.....	42
19.	Enfrentamento à cultura do estupro.....	44
20.	Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: Mitos e verdades.....	46
21.	Saúde mental: A liberdade é o melhor cuidado!.....	48
22.	Retificação de nome e gênero de pessoas trans.....	50
23.	Pessoa com Deficiência.....	52
24.	Cartilha da Pessoa Idosa.....	54
25.	Central Judicial do Idoso.....	56
26.	Meu Condomínio Legal.....	58
27.	Como evitar e se livrar do superendividamento.....	60
28.	Golpes nas Relações de Consumo.....	62
29.	Dicionário antirracista: Termos para eliminar do seu vocabulário.....	64
30.	Direito de liberdade de ir e vir.....	66
31.	Caminhos para a liberdade – Execução Penal.....	68
32.	Prevenção e enfrentamento ao tráfico de pessoas.....	70

1.

CARTA DE SERVIÇOS

DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL



DEFENSORIA PÚBLICA
DISTRITO FEDERAL

A Carta de Serviços da DPDF apresenta os serviços prestados pela instituição.

O QUE É A DEFENSORIA PÚBLICA?

A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, cuja atribuição – como expressão e instrumento do regime democrático – é assegurar orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, às pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social ou jurídica.

São consideradas em situação de vulnerabilidade as pessoas que, em razão de idade, gênero, estado físico ou mental ou por circunstâncias sociais, econômicas, éticas ou culturais, encontram especial dificuldade em exercer com plenitude, perante o sistema de justiça, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico.



Com a missão de garantir os princípios constitucionais de acesso à justiça e à qualidade pelo efetivo dos direitos fundamentais e todos os fundamentos a todos os Defensoria Pública desponta como uma das mais relevantes instituições públicas, fundamentalmente comprometida com a democracia, o efetividade da Constituição Federal e a construção de uma sociedade mais justa, íntegra e solidária.

QUAIS AS FORMAS DE COMUNICAÇÃO COM O USUÁRIO?

A comunicação entre a Defensoria Pública e os assistidos pode ser feita pelos seguintes canais:

- Presencial;
- Por telefone;
- Por e-mail e/ou aplicativos de mensagens (WhatsApp, por exemplo), quando autorizada pelo usuário;
- Por correspondência.

Após preencher as formulários de autorização da atuação da Defensoria Pública, o usuário escolherá a melhor forma de contato com a instituição.





CARTA DE SERVIÇOS

Nela, você encontra informações claras e acessíveis que facilitam o acesso da população às ações e aos programas desenvolvidos.

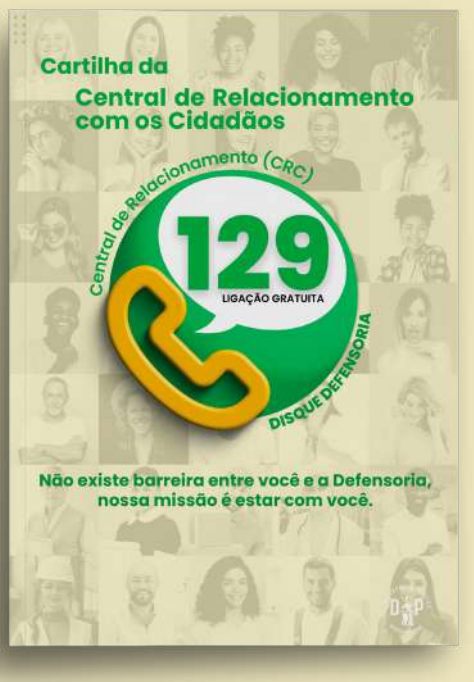
O intuito é que, após a leitura, os cidadãos compreendam o funcionamento da Defensoria Pública do DF. O material facilita o dia a dia da população, na medida em que explica os serviços prestados pela DPDF. Nele, você pode conferir os endereços e as competências de todos os Núcleos de Assistência Jurídica (NAJs) da instituição.

QR CODE

Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:



2.



Não perca o seu tempo!
Ligue gratuitamente para
o Disque Defensoria 129
e saiba tudo sobre os
atendimentos da instituição.

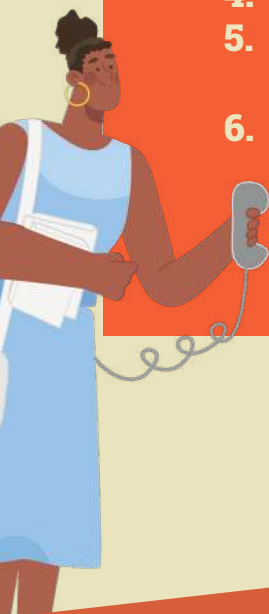


A cartilha detalha as especificidades do funcionamento da Central de Relacionamento com os Cidadãos (CRC) da DPDF, um canal de comunicação rápido e gratuito para a população do Distrito Federal. Nela, você conhecerá mais sobre a atuação do núcleo e as formas de contato com a instituição. Confira:



CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM OS CIDADÃOS

1. O que é a CRC?
2. A CRC terá utilidade com a retomada do trabalho presencial?
3. Quais os serviços realizados pela CRC?
4. O que a CRC não faz?
5. Quantidade de atendimentos realizados pela CRC
6. Como entrar em contato com a CRC?
- Atendimento exclusivo às vítimas de violência doméstica



QR CODE

Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:



3.



A Defensoria não para! A cartilha detalha a atuação do Núcleo de Assistência Jurídica do Plantão da instituição, que está pronto para atender a população fora do horário de expediente das outras unidades da instituição. Ou seja, a Defensoria Pública do DF recebe, nesses horários, casos considerados extremamente urgentes e que não podem esperar pela abertura dos fóruns. No material, você conhecerá mais sobre o funcionamento do núcleo, os casos em que ele atua e não atua, os principais documentos para atendimento e as formas de contato. Confira:



NÚCLEO DO PLANTÃO

1. Como funciona o Núcleo do Plantão?
2. Quais são as atribuições do Núcleo do Plantão?
3. Em que casos o Núcleo do Plantão não atua?
4. A importância da informação correta antes de procurar o Núcleo do Plantão
5. Quais documentos cruciais você deve ter para garantir seu atendimento?
6. Como entrar em contato com o Núcleo do Plantão?



QR CODE

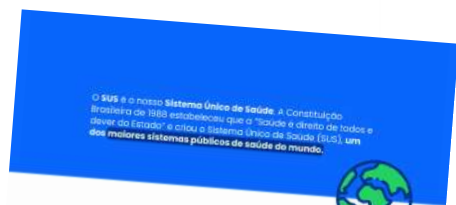
Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:



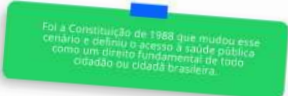
4.



No material, você encontra orientações sobre o direito à saúde e informações que o cidadão deve ter para utilizar o Sistema Único de Saúde (SUS), além de formas de acesso ao sistema público de saúde. A cartilha também destaca a atuação da Defensoria Pública do Distrito Federal em benefício dos que buscam a garantia desse direito. Confira:



Antes do SUS, o sistema público de saúde prestava assistência apenas aos trabalhadores com carteira assinada vinculados à Previdência Social (INAMPS), eram aproximadamente 30 milhões de pessoas com acesso aos serviços hospitalares. Quem não tinha carteira assinada teria que pagar por serviços particulares de saúde ou então dependeria de entidades filantrópicas, como as Santas Casas, e outros serviços de caridade.



O SUS garante acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. A atenção integral à saúde possui o ser um direito de todos os brasileiros e por toda a vida, com foco na promoção da saúde, prevenção de doenças e recuperação dos doentes.





CARTILHA DA SAÚDE

1. O que é a Defensoria Pública?
2. A Defensoria Pública pode ajudar a população a ter acesso aos serviços do SUS?
3. Você conhece o Núcleo de Assistência Jurídica de Defesa da Saúde?
4. O que significa o direito à saúde?
5. A Constituição brasileira garante o direito à saúde?
6. Quais são os principais direitos e deveres dos usuários da saúde pública (SUS)?
7. Afinal, o que é o SUS?
8. Qual a estrutura do SUS?
9. Você conhece os locais e serviços das unidades de saúde do Distrito Federal?
10. Você conhece o Conecte SUS?
11. Você conhece o Disque Saúde 136?
12. Você sabe como registrar reclamações, elogios e solicitações sobre os serviços da Secretaria de Saúde do DF?



QR CODE

Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:



UNIDADES MÓVEIS DE ATENDIMENTO ITINERANTE

5.

A Defensoria Pública do DF conta, atualmente, com três Unidades Móveis de Atendimento Itinerante, que levam os serviços da instituição a diversas regiões administrativas do Distrito Federal. Conheça cada um dos equipamentos:



CARRETA 01

Inaugurada em 2021, a primeira carreta da DPDF nasceu para descentralizar os atendimentos da instituição, levando todos os serviços básicos da Defensoria Pública às diversas regiões do DF. Além disso, oferece atendimentos específicos de acordo com o estudo prévio das demandas de cada local. As assistências são voltadas, prioritariamente, para demandas do Direito de Família atreladas às crianças e aos adolescentes do Distrito Federal.

CARRETA 02



A segunda Unidade Móvel de Atendimento Itinerante da Defensoria Pública do DF foi inaugurada em março de 2024. O modelo, desenvolvido em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), é destinado, prioritariamente, aos atendimentos relacionados ao sistema carcerário do DF. Essa é a primeira carreta da América Latina voltada à prestação de serviços jurídicos dessa natureza.



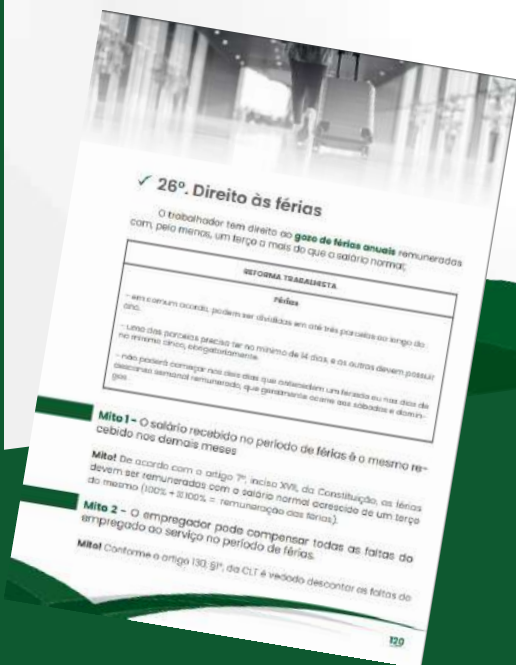
CARRETA 03

A mais nova Unidade Móvel de Atendimento Itinerante da DPDF é destinada ao atendimento exclusivo das escolas públicas do Distrito Federal. O objetivo é oferecer serviços jurídicos diretamente aos estudantes e suas famílias, fortalecendo o vínculo entre a comunidade escolar e a instituição. Além disso, a carreta facilita o acesso à Justiça e auxilia na garantia de direitos das famílias em situação de vulnerabilidade, bem como na difusão do ordenamento jurídico para a formação da cidadania e da cultura de paz.

6.



Ao completar 18 anos, devemos ter plena consciência dos nossos atos. A educação para a vida adulta envolve o conhecimento básico de nossas relações jurídicas. O material aborda uma jornada de conhecimento sobre todos os direitos e deveres que acompanham as pessoas, desde o nascimento até após a morte. Se você deseja saber mais sobre as relações jurídicas que regulam a nossa existência, a cartilha traz os direitos e deveres da vida humana, distribuídos em sete tempos. Confira:



EDUCAÇÃO PARA A VIDA E ACESSO À CIDADANIA: OS DIREITOS E DEVERES DA VIDA HUMANA EM SETE TEMPOS

1. Dignidade da pessoa humana
2. Infância
3. Adolescência
4. Juventude
5. Adulto
6. Pessoa idosa
7. Judiciário e funções essenciais à Justiça

QR CODE

Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:



7.



Com o propósito de atender a família em suas relações básicas, a Subsecretaria de Mediação e Cultura de Paz da Defensoria Pública do DF (Semed/DPDF) busca a participação direta e ativa das partes na resolução de conflitos. Se você deseja saber mais sobre a Semed/DPDF, seu funcionamento e as demandas atendidas, acesse a cartilha:



APRESENTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE MEDIAÇÃO E CULTURA DE PAZ DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DF

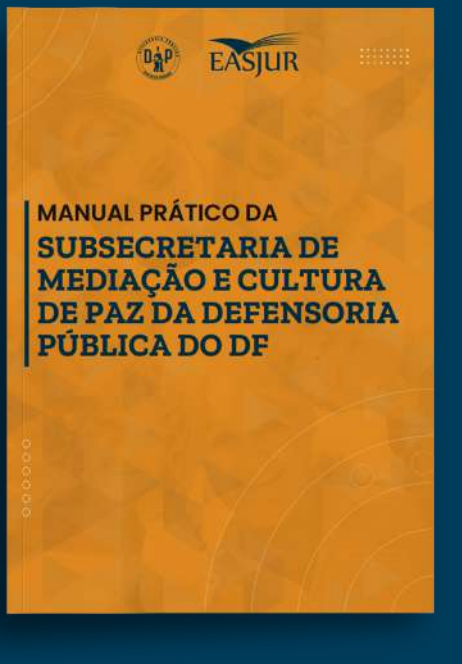
1. Sobre a Subsecretaria de Mediação e Cultura de Paz
2. O que é a Cultura de Paz e Mediação proposta pela Defensoria e sua escola?
3. Quem pode ser atendido pela Semed
4. As demandas que podem ser atendidas pela Semed
5. Como funciona o atendimento feito pela Defensoria Pública e o Tribunal de Justiça do DF?
6. Prioridade da criança, registro de paternidade e leitura de DNA

QR CODE

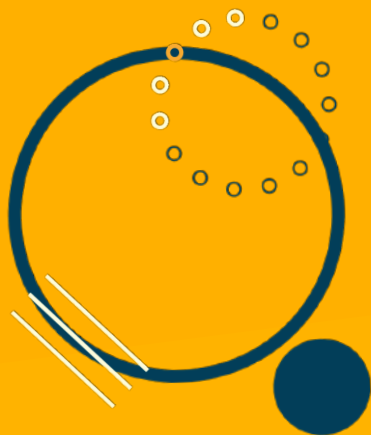
**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**



8.



O manual apresenta os procedimentos adotados pela Subsecretaria de Mediação e Cultura de Paz da DPDF nas sessões de mediação e pré-mediação (virtual). Nele, você encontra informações sobre a Semed/DPDF e os casos atendidos pela unidade, além de materiais complementares para consulta. Confira:



MANUAL PRÁTICO DA SUBSECRETARIA DE MEDIAÇÃO E CULTURA DE PAZ DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DF

1. Sobre a Subsecretaria
2. Casos que podem ser atendidos pela Semed
3. Casos que podem ser atendidos na pré mediação (sessão virtual)
4. Casos que não podem ser atendidos pela Semed
5. Como funciona o atendimento pela Semed
6. Materiais complementares



QR CODE

**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**



9.



10 coisas que você precisa saber antes de participar de uma sessão de conciliação ou mediação

As sessões de mediação e conciliação permitem que os envolvidos cheguem à resolução dos conflitos de forma pacífica e por meio do diálogo. Na cartilha, você terá acesso a dez questionamentos frequentes a respeito do tema. Informe-se antes de participar de uma sessão:



01

O que é uma sessão de conciliação/mediação?

A sessão de conciliação/mediação é uma oportunidade para que as pessoas envolvidas em um conflito construam, juntas, através do diálogo, uma solução para o caso, com o auxílio de um(a) conciliador(a), mediador(a) ou conciliado(a), chamado(a) de carter

09

E se surgir uma dúvida jurídica importante durante a sessão?

Os conciliadores/mediadores são treinados para identificar situações em que o aconselhamento jurídico se faz necessário. Quando isso ocorrer, há dois caminhos a serem seguidos:

a) caso a dúvida seja simples, a sessão poderá ser suspensa por alguns minutos, para que a parte tire suas dúvidas por telefone ou por videoconferência, com um(a) advogado(a) de plantão e logo após, a sessão poderá ser retomada; ou

b) caso a dúvida seja complexa ou caso não haja advogado(a) disponível, a sessão será interrompida e retomada para data futura e a parte que tiver dúvidas jurídicas será orientada a procurar atendimento na Defensoria Pública ou a colaborar com o advogado(a).

DEZ COISAS QUE VOCÊ PRECISA SABER ANTES DE PARTICIPAR DE UMA SESSÃO DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO

1. O que é uma sessão de conciliação ou mediação?
2. Os conciliadores/mediadores funcionam como juízes da causa?
3. Quais as vantagens de um acordo na sessão de conciliação/mediação?
4. A sessão pode ser feita por videoconferência?
5. Como as partes devem se preparar para a sessão de conciliação/mediação por videoconferência?
6. Como devem agir os conciliadores mediadores durante a sessão?
7. Como devem agir as partes durante a sessão?
8. É obrigatória a presença de advogado ou Defensor Público na sessão?
9. E se surgir uma dúvida jurídica importante durante a sessão?
10. O que acontecerá se houver acordo?

QR CODE

Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:



10.



O objetivo da cartilha é facilitar o acesso a conhecimentos dos direitos inerentes às questões familiares, além de apresentar a relação da Defensoria Pública com o Direito de Família. Assim, você pode se informar sobre o tema e procurar assistência jurídica gratuita de qualidade com base nas suas necessidades. Confira:



VAMOS FALAR DE FAMÍLIA? CURIOSIDADES DO DIREITO DE FAMÍLIA NA VISÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

1. Defensoria Pública e Direito de Família
2. Filiação
3. Alimentos
4. Vínculo conjugal
5. Guarda e visitas
6. Interdição

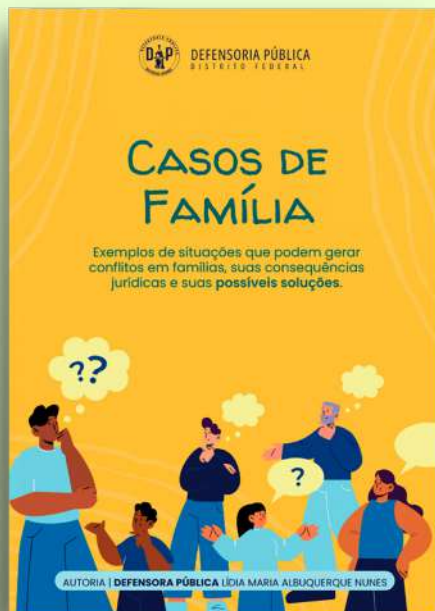


QR CODE

Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:



11.



A cartilha traz exemplos de situações que podem gerar conflitos familiares, suas consequências jurídicas e possíveis soluções. Nela, você encontra as respostas para as perguntas mais frequentes que chegam à Defensoria Pública do Distrito Federal e o assunto. Confira:

O suposto pai do meu filho faleceu.

Como posso providenciar o reconhecimento desse paternidade?

Nesse caso, trata-se de investigação de paternidade após a morte. Será necessário o ajuizamento de ação judicial e os herdeiros do suposto pai são chamados para participar

É possível uma pessoa ter em sua certidão de nascimento mais de um pai ou de uma mãe?

Esse caso pode ocorrer em situações de violência doméstica, abuso de poder ou qualquer outra situação

??

Sim.
A multipaternidade é possível de ser reconhecida, podendo constar no registro de nascimento de uma pessoa mais de um pai ou mais de uma mãe. Deve ser destacado que se a pessoa a que se refere o registro for menor de 12 anos, é necessário ajuizar ação judicial. Caso seja maior de 12 anos, pode ser feito o reconhecimento da paternidade/maternidade em Cartório, devendo a paternidade/maternidade ser aceita e autorizada socialmente, mediante comprovação. Caso se queira reconhecer num mesmo registro de nascimento, mais de um ascendente sociofamiliar, será necessário ajuizar ação judicial.

CASOS DE FAMÍLIA

1. Investigação de paternidade/maternidade (filiação natural) e paternidade socioafetiva
2. Alimentos/Revisão de alimentos
Exoneração de alimentos
3. Execução de alimentos
4. Guarda e visitas (regime de convivência)
5. Reconhecimento e dissolução de união estável e divórcio
6. Interdição



QR CODE

Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:



12.



O material garante o acesso à informação por parte das mulheres, para que elas possam exercer os seus direitos sexuais e reprodutivos de forma consciente. Nele, você pode saber mais sobre o que é considerado violência sexual, o que é a violência obstétrica e as garantias das mulheres em caso de violação de direitos. Confira:



DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES

1. Direitos sexuais e reprodutivos
2. Direitos sexuais e violência contra as mulheres
3. Os crimes mais comuns relacionados violência sexual
4. O que fazer se for vítima de alguma violência sexual
5. Como colher as provas da violência sexual
6. Violência obstétrica



QR CODE



**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**

13.

*Será que estou
grávida?
E agora?*

Confira orientações
básicas do processo
de gravidez na
adolescência



O intuito da cartilha é fornecer orientações básicas sobre o processo de gravidez na adolescência. Nela, você pode obter informações como formas de confirmar a gestação, sintomas e o que fazer em caso de resultado positivo, entre outros. Confira:



SERÁ QUE ESTOU GRÁVIDA? E AGORA?

1. Quais os sinais e sintomas a que eu preciso estar atenta?
2. Acho que estou grávida, como posso confirmar?
3. Confirmei que estou grávida, e agora?
4. E se essa gravidez aconteceu devido a uma violência sexual, o que devo fazer?
5. Não quero engravidar neste momento! Quem pode me ajudar?



QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:

14.



O material trata da entrega voluntária em adoção, um direito garantido por lei às gestantes. Na cartilha, você encontra respostas às perguntas mais frequentes sobre o tema. Se você estiver grávida e desejar entregar o bebê para adoção, ou conhecer alguém que esteja nessa situação, confira o informativo:



ENTREGA VOLUNTÁRIA PARA ADOÇÃO – ORIENTAÇÕES PARA GESTANTES

1. Entrega voluntária em adoção
2. Perguntas frequentes
3. Contatos

QR CODE

Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:



15.



A cartilha traz orientações voltadas para os profissionais que lidam com situações de gravidez indesejada no dia a dia, sejam eles da área da saúde ou de outras especialidades. Lá, você também encontra a diferença entre os conceitos de gestação e maternidade. Confira:



ENTREGA VOLUNTÁRIA PARA ADOÇÃO – ORIENTAÇÕES PARA PROFISSIONAIS

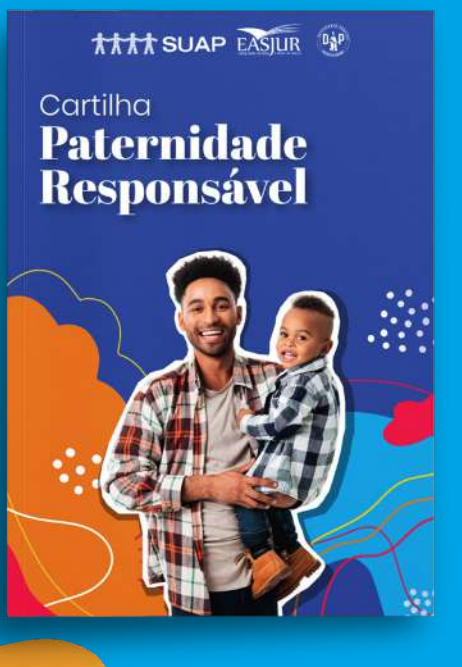
1. Gestação x Maternidade
2. O que profissionais da saúde ou das demais políticas públicas precisam fazer diante de uma pessoa com uma gravidez indesejada?
3. Contatos

QR CODE



**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**

16.



A cartilha apresenta informações sobre o exercício da paternidade responsável e amplia o entendimento sobre os impactos negativos que a falta de registro paterno pode trazer para os indivíduos.

Além disso, no material, você pode se informar sobre o projeto Paternidade Responsável da Defensoria Pública do DF. Ele possibilita a realização de exames de DNA sem custo à população interessada, com o objetivo de reduzir a quantidade de pessoas sem o nome do pai no registro de nascimento. Confira:



PATERNIDADE RESPONSÁVEL (EXAMES DE DNA GRATUITOS)

1. Por que exercer uma paternidade responsável?
2. Registro de nascimento
3. Paternidade ativa
4. Neurociências e paternidade
5. Fluxo de atendimento do projeto Paternidade Responsável

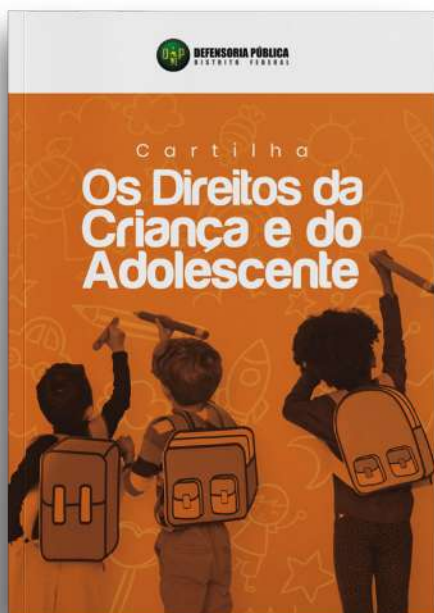


QR CODE



Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:

17.



O objetivo do material é destacar os direitos das crianças e dos adolescentes, a atuação da Defensoria Pública no aspecto de proteção e assistência desse público, as garantias e os princípios assegurados a eles por lei e a forma de tratamento dos adolescentes em conflito com a lei. Além disso, você encontra informações sobre convivência familiar, tutela e adoção. Confira:



OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. A quem se aplica o ECA? Conceito legal de criança e adolescente
2. Crianças e adolescentes são sujeitos de direito
3. Condição peculiar de pessoa em desenvolvimento
4. Direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes
5. Direito à convivência familiar
6. Diretrizes para a colocação da criança ou do adolescente em família substituta
7. Da suspensão, destituição e extinção do poder familiar
8. Das modalidades de colocação de criança e adolescente em família substituta
9. Modalidades de adoção
10. Peculiaridades do processo de adoção
11. Direito de conhecer a origem biológica
12. Das medidas protetivas
13. Fases procedimentais da apuração do ato infracional
14. Das medidas socioeducativas

QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:

18.



A cartilha aborda temas importantes sobre a defesa da mulher em caso de violência. Lá, você encontra informações sobre o ciclo da violência, quais casos são cobertos pela Lei Maria da Penha, os tipos de abuso que podem ocorrer, entre outros. Confira:



APOIO À DEFESA DA MULHER

1. Quem é Maria da Penha?
2. O ciclo da violência
3. Lei Maria da Penha
4. Tipos de violência
5. Medidas de proteção previstas na LMP
6. Proibições aplicadas ao agressor
7. Núcleos de Assistência Jurídica da DPDF



QR CODE



Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:

19.



A cartilha explica a importância da atuação de vários profissionais na busca por estratégias de enfrentamento à cultura do estupro. Nela, você encontra informações sobre como identificar situações de violência sexual, orientar as vítimas e encaminhá-las aos serviços especializados de apoio. Confira:



ENFRENTAMENTO À CULTURA DO ESTUPRO

1. Cultura do estupro existe?
2. Quando existe consentimento
3. Crimes contra a dignidade sexual
4. Se o estupro resultar em uma gravidez indesejada?
5. Dados estatísticos
6. Por que existe uma subnotificação dos casos de estupro? Como funciona a violência institucional?
7. Como a cultura do estupro é reforçada?
8. E quais são os impactos da violência sexual na vida das meninas e mulheres?
9. Quem pode denunciar?
10. Por que denunciar?
11. Rede de proteção

QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:

20.



No material, você pode aprender sobre as principais dúvidas sobre a Lei Maria da Penha, em um formato que diferencia o que é mito e o que é verdade no âmbito da aplicação da norma. As premissas foram extraídas da vivência defensorial. Confira:



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: MITOS E VERDADES

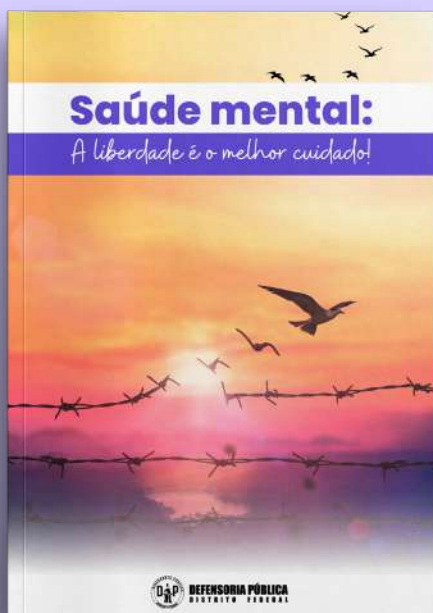
1. Mitos e verdades sobre a Lei Maria da Penha
2. Noções gerais sobre a Lei Maria da Penha
3. A evolução dos direitos da mulher no Brasil
4. Considerações finais
5. Onde procurar ajuda?

QR CODE

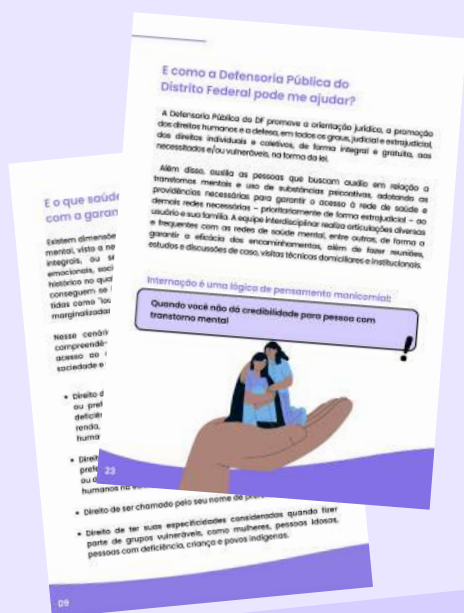


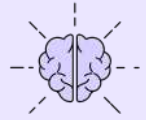
**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**

21.



O objetivo da cartilha é alcançar a população, os familiares e os servidores públicos que atuam no campo da saúde mental, reforçando que as pessoas com transtornos mentais e as que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas possuem direitos humanos fundamentais. Confira:





SAÚDE MENTAL: A LIBERDADE É O MELHOR CUIDADO!

1. O que é transtorno mental?
2. E o que saúde mental tem a ver com a garantia de direitos?
3. E quando parece que nada vai bem?
4. Liberdade é o melhor cuidado
5. Quais são os tipos de internação?
6. Redução de danos
7. E qual o papel da família e da comunidade?
8. E quais são as outras alternativas?
9. Internar ou não internar?
10. E como a Defensoria Pública do Distrito Federal pode me ajudar?
11. Onde encontrar os CAPS?
12. Você sabia?

QR CODE



Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:



O material busca ajudar as pessoas trans com informações sobre a retificação de nome e gênero, sem a necessidade de passar por cirurgias de redesignação sexual ou de laudos médicos. Você também encontra um passo a passo de como proceder à alteração do registro civil e uma lista com os documentos necessários. Confira:



RETIFICAÇÃO DE NOME E GÊNERO DE PESSOAS TRANS

1. Introdução
2. Mas qual a diferença entre nome social e nome civil?
3. Quero retificar meu prenome e gênero no Distrito Federal. Como eu faço?
4. Sou do Distrito Federal e retifiquei meu prenome e gênero. E agora?
5. Sou uma pessoa não-binária, posso retificar meu prenome e gênero? Como?
6. E se não respeitarem meu nome e gênero?
7. Denuncie e procure apoio

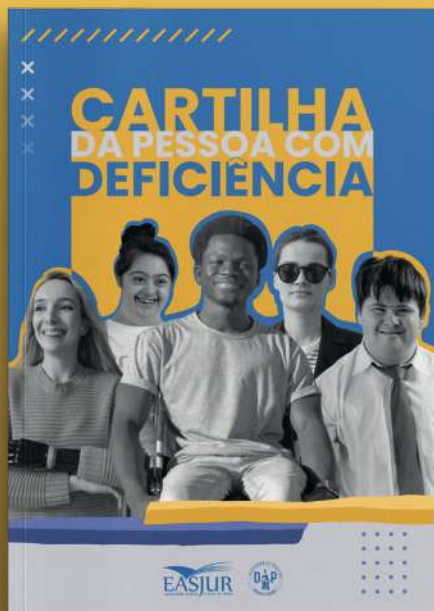


QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:

23.



Instrumento de educação e de defesa para as pessoas com deficiência, a cartilha apresenta informações relacionadas ao conceito de deficiência e aos direitos fundamentais desse público, além de formas de buscar ajuda, entre outros. Confira:



PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1. Os direitos fundamentais das pessoas com deficiência
2. Acessibilidade
3. Prioridade no atendimento
4. Crimes contra a pessoa com deficiência previstos no estatuto
5. Tomada de decisão apoiada



QR CODE

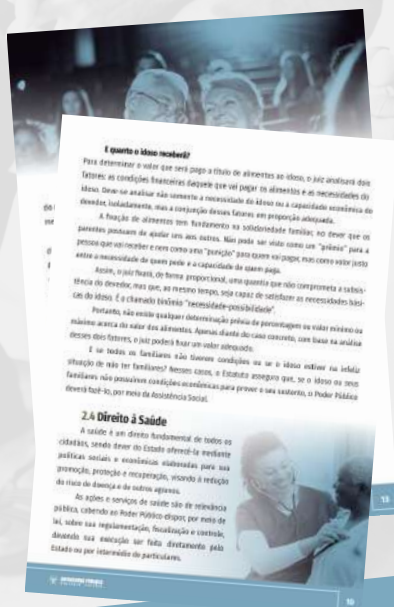


Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:

24.



O material detalha os direitos fundamentais que garantem a plena inclusão, a integração e a participação da pessoa idosa na sociedade. Nela, você também encontra informações sobre as medidas de proteção, a política de atendimento, os crimes previstos no Estatuto da Pessoa Idosa, entre outros. Confira:



CARTILHA DA PESSOA IDOSA

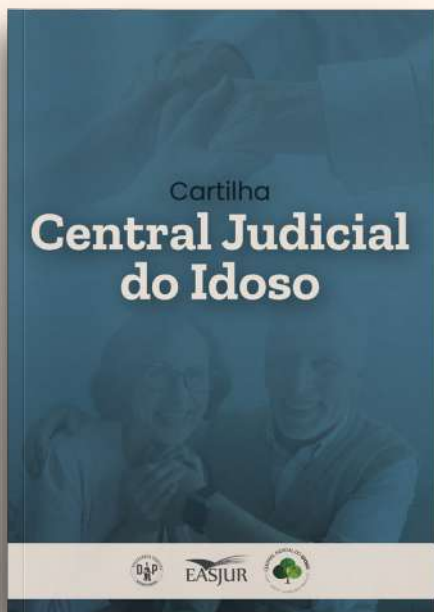
1. Direitos fundamentais
2. Medidas de proteção
3. Política de atendimento ao idoso
4. Prioridade na tramitação de processos
5. Crimes previstos no estatuto
6. Tipos de golpes
7. Defensoria Pública e direitos das pessoas idosas
8. Legislação sobre pessoas idosas

QR CODE

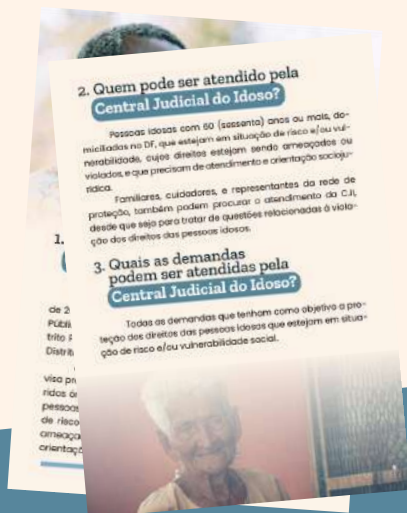


Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:

25.



A Central Judicial do Idoso (CJI) é uma parceria entre a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) que oferece atendimento interdisciplinar a pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Na cartilha, você conhecerá mais sobre a atuação da CJI e os direitos garantidos à população idosa. Confira:



CENTRAL JUDICIAL DO IDOSO

1. Você conhece a Central Judicial do Idoso?
2. Como funciona o atendimento realizado pela Central Judicial do Idoso?
3. Articulação com a rede de proteção
4. Prioridade no atendimento
5. Educação em direitos
6. Como entrar em contato com a CJI

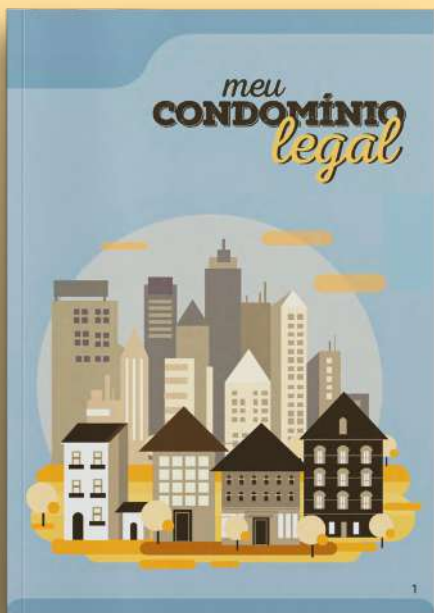


QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:

26.

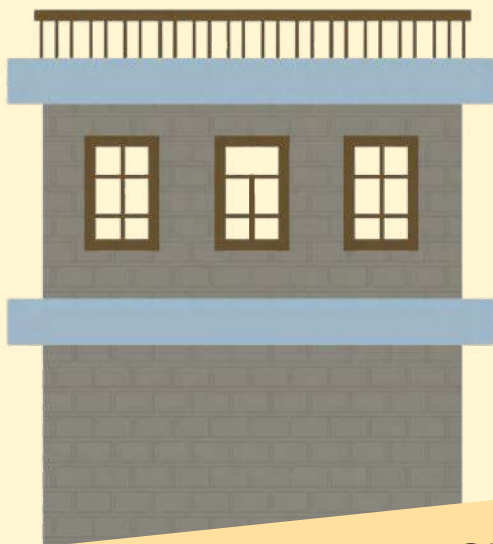


O objetivo do material é informar os beneficiários dos programas habitacionais do Distrito Federal sobre como viver em condomínio. Nele, você encontra orientações a respeito dos direitos e dos deveres do condômino e do síndico, entre outros. Confira:



MEU CONDOMÍNIO LEGAL

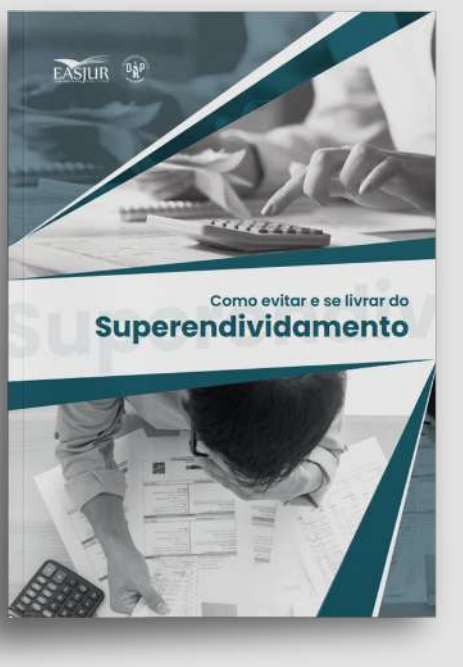
1. Direitos e deveres do condômino
2. Não consegui pagar a taxa do condomínio, e agora?
3. Vivendo em condomínio
4. Estou com problemas, o que posso fazer?
5. Canal conciliar



QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:



A cartilha traz informações básicas sobre a educação financeira, com o objetivo de evitar o superendividamento. Além disso, você encontra conteúdos como os motivos que levam a essa situação e o que fazer quando ela ocorre. Confira:



COMO EVITAR E SE LIVRAR DO SUPERENDIVIDAMENTO

1. O que é superendividamento?
2. Como alguém se torna superendividado?
3. Como evitar o superendividamento?
4. Acho que estou superendividado, e agora?



QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:

28.



Dividida em três capítulos, a cartilha aborda, de forma simples e direta, informações para a prevenção de golpes digitais, bancários e envolvendo planos de saúde. Se você deseja saber mais sobre as armadilhas mais comuns nas relações de consumo, acesse a cartilha:



GOLPES NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

1. Golpes digitais
2. Golpes bancários
3. Golpes nos planos de saúde



QR CODE

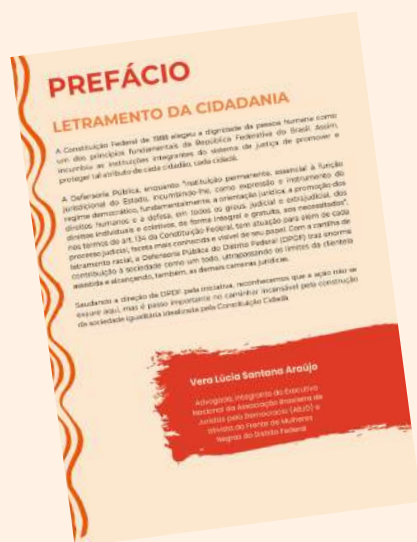
Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:



29.



O propósito do dicionário é promover uma consciência crítica em relação aos termos racistas utilizados no dia a dia. Nele, você receberá orientações sobre como evitá-los e substituí-los por expressões não preconceituosas. Confira:



DICIONÁRIO ANTIRRACISTA: TERMOS PARA ELIMINAR DO SEU VOCABULÁRIO

1. Apresentação
2. Expressões racistas
3. Não utilize



QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:

30.

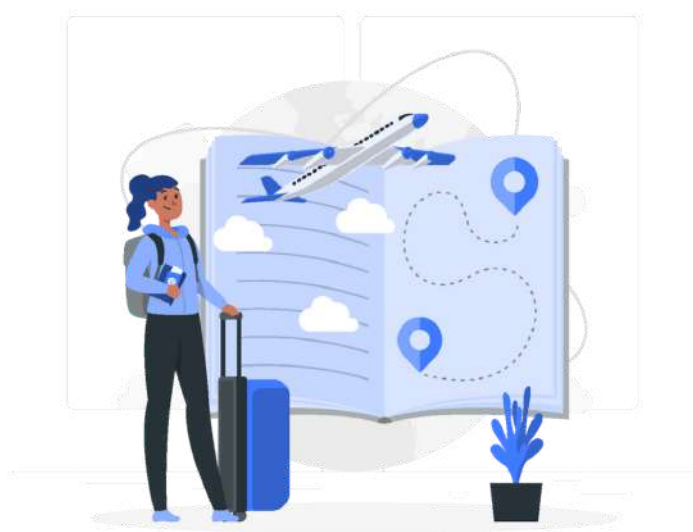


O direito de liberdade é fundamental para a garantia de outros previstos na Constituição Federal. Na cartilha, você aprenderá mais sobre o que significa ser livre, os vários tipos de liberdade e os tipos de prisão, entre outros tópicos. Confira:



DIREITO DE LIBERDADE DE IR E VIR

1. Os vários direitos de liberdade
2. Restrição da liberdade por meio de prisão
3. Outras formas de limitação da liberdade
4. O direito de punir do Estado e o direito de liberdade do indivíduo



QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:

31.



A cartilha traz orientações sobre os direitos e os deveres de pessoas em cumprimento de pena e seus familiares. Além disso, você encontra informações sobre os institutos da execução penal e sua aplicação no Distrito Federal. Confira:



CAMINHOS PARA A LIBERDADE – EXECUÇÃO PENAL

1. Dos direitos e garantias fundamentais aplicáveis às pessoas em cumprimento de pena
2. Das instituições atuantes no sistema de execução penal do DF
3. A Defensoria Pública na execução penal
4. Cumprimento de pena em regime fechado ou semiaberto e das medidas de segurança
5. Do cumprimento de pena em regime aberto, do livramento condicional e da suspensão condicional da pena
6. Do cumprimento de penas alternativas (restritivas de direitos)
7. Da progressão de regime
8. Da regressão de regime

QR CODE

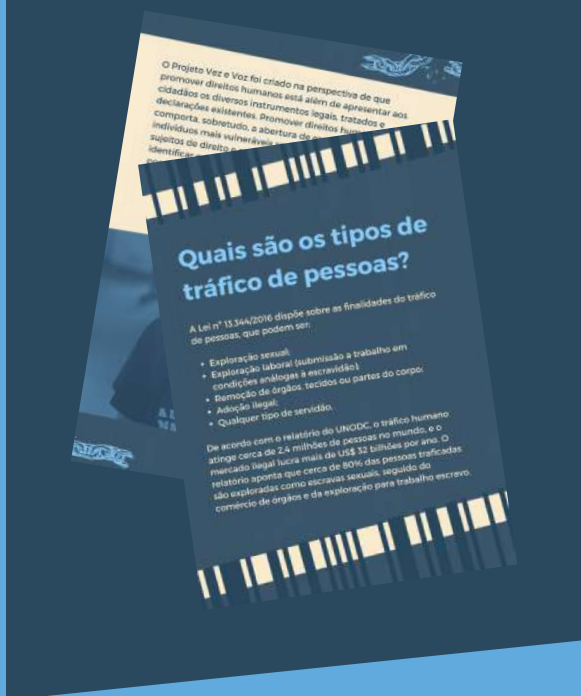


Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:

32.



O tráfico de pessoas atinge milhares de pessoas a cada ano. Por isso, é importante saber as formas de prevenir e combater o crime, assim como meios de promover o acolhimento e a proteção das vítimas. Na cartilha, você tem acesso a todas essas informações. Confira:



PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

1. O que é tráfico de pessoas?
2. Legislação contra o tráfico de pessoas no Brasil
3. De que forma pode ocorrer o tráfico de pessoas?
4. Quais são os tipos de tráfico de pessoas?
5. E quando há consentimento?
6. Como identificar uma vítima do tráfico de pessoas?
7. Como prevenir para não se tornar vítima do tráfico de pessoas?
8. Planos nacionais de prevenção e enfrentamento do tráfico de pessoas
9. Como é realizado o enfrentamento no Brasil?
10. Como as escolas podem ajudar a enfrentar o tráfico de pessoas?
11. E qual é o papel da comunidade?
12. Qual a rede especializada que presta apoio às vítimas do tráfico de pessoas?
13. O que é escuta qualificada?
14. Defensoria Pública
15. O que é o Projeto Vez e Voz
16. Canais de denúncia

QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:



EASJUR

The logo features a stylized white graphic above the text 'EASJUR'. The graphic consists of a curved, wing-like shape with several thin, white, curved lines extending from its right side, suggesting motion or a stylized letter 'E'.



defensoria.df.gov.br
escola.defensoria.df.gov.br



@defensoriadf
@easjur

ROTEIROS DE CONHECIMENTO

Cumprindo direito o dever
de educar e transformar



DEFENSORIA PÚBLICA
DISTRITO FEDERAL